

REDE NOSSA SÃO PAULO

Este documento faz parte do
Repositório Digital da
Rede Nossa São Paulo

www.nossasaopaulo.org.br

Facebook, Youtube e G+ : Rede Nossa
São Paulo

Twitter: @nossasaopaulo

NOSSA SÃO PAULO
Reunião GT Orçamento

27 de Agosto de 2007

Local: Ação Educativa

Autor: André Saab (Gesto / Apel Consultoria)

Participantes

Nome	Organização
André Saab	Gesto / Apel
Danilo Barboza	Movimento Voto Consciente
Denise Isabel Custódio	Espiral OEM
Erica Santos de Oliveira	Centro Comunitário Castelinho
Fernando Ronaldo Moles	Prefeitura
Flávio T. C. da Rocha Santos	Instituto Agora
Geny Cuba	Espiral OEM
Lia Reismam	Associação Verde Vida
Luis Otávio da Rosa Borges	PNBE
Nobue Fujimura	
Odilon Guedes	Instituto Pólis

ATA

Odilon Guedes – Instituto Pólis

Informes:

✓ **Avaliação Orçamentária e Social da Cidade de São Paulo**

O resultado do levantamento solicitado pelo Movimento Nossa São Paulo ao GT de Orçamento está quase pronto. Depois de pronto e validado, será elaborada uma publicação a ser distribuída a todos os membros do Movimento. Trata-se de um cruzamento de várias variáveis sociais das subprefeituras pela distribuição do

orçamento. O objetivo é obter um retrato da situação de São Paulo identificando relações entre distribuição do orçamento e performance dos indicadores sociais.

✓ **Elaboração da Cartilha sobre Orçamento Público**

A cartilha sobre orçamento público será publicada uma vez que existem recursos no movimento para tanto.

Ao ser questionado sobre os objetivos deste GT Odilon respondeu:

- ✓ Conhecer melhor a situação social e orçamentária da cidade de São Paulo. Obter uma dimensão das necessidades sociais latentes não atendidas e do custo orçamentário para a cidade. Afinal quanto custaria para a prefeitura sanar todas as necessidades sociais da cidade? Estima-se que seriam necessários até 100 bilhões para tanto.
- ✓ Estimular o debate e a cultura do orçamento, fazer com que a sociedade se aproprie desta ferramenta, e dessa forma, propiciando maior controle social dos recursos melhorando a eficiência do gasto, alocando de maneira mais democrática os recursos e diminuindo riscos de corrupção.

Também questionaram a respeito do plano de trabalho deste GT Odilon respondeu que o grupo já viabilizou as seguintes ações até o momento:

- ✓ Realização do curso sobre orçamento público.
- ✓ Elaboração da cartilha sobre orçamento público.
- ✓ Elaboração da carta enviado ao Secretário de Planejamento Manuelito.

Odilon explicou que também é preciso haver demandas dos grupos, movimentos sociais, Ongs por debates sobre orçamento público para que haja disseminação. Além disso lembrou os participantes que a consolidação da cultura de orçamento é um processo de longo prazo.

Conforme solicitação do Odilon, as pessoas comentaram acerca do curso de orçamento realizado pelo GT:

Lia Reismam – Gostou do curso e gostaria de saber melhor acerca do controle dos recursos distribuídos para as subprefeituras.

Odilon respondeu que as subprefeituras têm o controle dos recursos destinados a manutenção da região como limpeza das ruas, manutenção da praça, córregos e etc. Comentou que todos os recursos arrecadados com o imposto de “uso e ocupação do solo” ficam para a subprefeitura. Já os recursos para construção de obras e educação por exemplo, são centralizados nas secretarias respectivas. Na gestão da Marta, o formato das informações e o controle dos recursos orçamentários foi descentralizado por subprefeitura e para elas, até porque são elas quem têm acesso mais rápido aos atores sociais e são mais ágeis neste micro controle do que a Secretaria. Na gestão Serra o controle foi centralizado novamente. Certamente que o modelo de descentralização tem maiores chances de levar maior transparência e capacidade de apropriação e controle por parte da sociedade.

Erica Santos de Oliveira – pergunta: a verba distribuída para subprefeituras é igual?

Odilon respondeu que não. E que a distribuição per capita é bastante desigual e reflete as variáveis sociais que estão sendo estudadas.. A subprefeitura com a pior distribuição orçamentária per capita é a Capela do Socorro. A situação é cruel pois justamente o pobre, maioria dos habitantes desta subprefeitura, é o que mais paga imposto relativamente (em relação a sua renda) e ao mesmo tempo é o que menos recebe recursos públicos orçamentários, conforme ilustra o caso da Capela de Socorro.

Danilo Barboza – acredita que no curso não se chegou a falar sobre a parte mais importante que é o acompanhamento do orçamento.

Odilon respondeu que operacionalmente é simples acompanhar o orçamento, pois a prefeitura divulga os balancetes mensais, só é preciso que hajam pessoas

comprometidas em realizar tal tarefa e compilar os resultados, inclusive trabalhando em regime profissional.

Engenheiro da Prefeitura Fernando

O Eng. Fernando que trabalha na prefeitura comentou a respeito da corrupção no processo orçamentário a pedido do Odilon:

Geralmente a corrupção acontece em processos de licitação (publicadas em diário oficial) cujo critério de escolha é o menor custo. O critério é respeitado, mas são utilizados outros mecanismos para beneficiar determinadas empresas.

Um dos casos mais comuns de corrupção é quando, durante o processo de licitação, os técnicos da prefeitura cobram certidões técnicas que apenas as empresas corruptas, já sabendo deste requerimento de antemão, possuem. Algumas empresas contestam judicialmente licitações assim e, até em alguns casos, o processo pode parar, mas isso não é regra. Assim apenas as empresas corruptas conseguem levar a licitação por possuírem tais certidões técnicas.

Outro caso é quando as empresas já sabem de antemão que determinados serviços ou etapas da obra não precisarão ser realizadas e dessa forma podem aplicar descontos no preço levando as licitações, conforme critério de menor preço. As empresas que não possuem tal informação não conseguem elaborar orçamentos competitivos pois consideram os custos dessas etapas ou serviços por entenderem que serão necessários.

Outro caso é o dispositivo de cartas-convites com valor de orçamento reduzido e que dispensam o uso de licitações.

Por fim, as empresas costumam se valer de um dispositivo legal que possibilita aplicar um aditivo de até 25% do valor da obra mediante validação técnica dos engenheiros da prefeitura.

Uma pergunta que se apresenta à sociedade é: será que não existe algum órgão com competência técnica que poderia realizar uma fiscalização mais rigorosa, independente e técnica para avaliar quando a empresa está onerando ilicitamente a prefeitura? O CREA, o IPT, Ongs, movimentos? A barreira técnica certamente é significativa pois é preciso haver meios para avaliar tecnicamente e precisamente a execução e o custo das obras da prefeitura. Comentaram que o CREA não parece ter interesse em assumir esse papel pois está apenas interessado na sua arrecadação.

Odilon Guedes – Instituto Pólis

Todos concordaram que o movimento precisa acompanhar o orçamento de forma profissional. Foi decidido que o grupo levará essa proposta para o restante do movimento para que sejam alocados os recursos necessários para viabilizar essa atividade. O GT então continuaria com a discussão mais estratégica e um grupo profissional, sob gestão do GT, seria criado no movimento com a responsabilidade de monitorar o orçamento.

Luis Otávio da Rosa Borges – PNBE

O Luis Otávio se propôs a realizar uma apresentação de 3 horas, marcada para o dia 12 de Setembro às 14hs, em local a definir, sobre corrupção. Seu site e e-mails são:

http://planeta.terra.com.br/noticias/brasil_sem_corrupcao

loborges52@globocom

Encaminhamentos do GT

- ✓ Solicitar à Zuleica que envie a apostila e a apresentação aos membros do grupo.
- ✓ Em relação ao documento enviado ao Secretário de Planejamento Manuelito cobrar retorno.
- ✓ Levantar quais subprefeituras estão cumprindo a lei que exige que o seu orçamento seja disponibilizado publicamente afixados na sede.

- ✓ Elaborar e enviar proposta de acompanhamento (profissional) do orçamento público por parte do Movimento Nossa São Paulo.
- ✓ Solicitar a Zuleica que comunique os demais participantes e viabilize local para a apresentação a ser realizada pelo Luis Otávio Borges (PNBE) no dia 12 de setembro, às 14hs.